

Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santos

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e treze, com início às oito horas e trinta minutos, na Casa de Participação Comunitária, localizada na Avenida Rei Alberto I, nº. 119, no Bairro da Ponta da Praia em Santos/SP realizou-se a quarta assembleia geral ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, biênio 2013/2015, com a presença dos conselheiros que subscreveram a lista anexa, tendo justificado suas ausências a Conselheira Belanizia Alves. Iniciou-se a reunião com a seguinte pauta: 1) Apreciação e Deliberação da Ata da Assembleia Geral Ordinária anterior; 2) Apreciação e Deliberação da Minuta da Resolução Normativa que dispõe sobre o Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil; 3) Apreciação e Deliberação da Minuta da Resolução Normativa que dispõe sobre o Plano Municipal de Convivência Familiar e Comunitária; 4) Indicação de representantes do CMDCA na Corregedoria dos Conselhos Tutelares; 5) Indicação de representantes para o Encontro de Formação do Programa Itaú Criança; 6) Recomposição do grupo de trabalho para análise e alterações da FICAI; 7) Relatos da Diretoria Executiva; 8) Relatos das Câmaras Setoriais; 9) Relatos dos representantes do CMDCA nos Conselhos, Comissões e Programas; 10) Relatos dos Conselhos Tutelares; 11) Assuntos Gerais. Submetida à apreciação do plenário, a ata foi aprovada. Os Conselheiros deliberaram pela alteração na pauta a fim de que os itens três e quatro fossem apreciados anteriormente ao item dois. Apreciando-se o item três da pauta, Dra. Adriana Jandelli esclareceu que o plano municipal de convivência familiar e comunitária já foi aprovado, restando analisar somente o texto da minuta da Resolução Normativa. A minuta foi aprovado por unanimidade. Em seguida e apreciando o item quatro da pauta, foram escolhidos os Conselheiros de Direitos que integrarão a Corregedoria dos Conselhos Tutelares, sendo indicados os Conselheiros Edmir Santos Nascimento como titular e Lucilene Martorelli Ortiz Petin Medeiros como sua suplente, Donald Verônico Alves da Silva como titular e Iracema Maria Carneiro de Aguiar Menezes como sua suplente, Bruno Galoti Orlandi como titular e Carlos Alberto Ferreira Mota como seu suplente, Ana Lúcia como titular e Cristina Helena Ribeiro dos Santos como sua suplente. Em seguida, iniciou-se a apreciação do item dois da pauta, que trata da resolução normativa do plano de erradicação do trabalho infantil. A colaboradora Luci solicitou que haja diálogo com o Poder Público a fim de que seja expedida certificação de que as empresas não se utilizam de mão de obra infantil como condição para participação em licitações. Submetida à apreciação a minuta de resolução foi aprovada com os seguintes acréscimos: será incluída na letra "h" do eixo dois a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação; a Diretoria Regional de ensino será incluída no eixo I letra "e"; e a Secretaria de Comunicação e Resultados será incluída no eixo 2, letras "a" e "c". . Apreciando o item cinco da pauta, foram indicadas as Conselheiras Valéria Galotti Conceição e Maria Cristina Dias Oliveira para o encontro de formação do Programa Itaú Criança. O item seis da pauta trata da recomposição do grupo de trabalho para análise e alterações da FICAI. A Conselheira Valéria Galotii Conceição explicou a situação atual; que o trabalho é feito com a Secretaria Municipal de Educação, devendo ser assegurada a recomposição paritária. A Conselheira Lilian Rose de Barros da Secretaria

49 Municipal de Educação afirmou que as escolas continuam encaminhando a Ficaí; a
50 resolução é do ano de dois mil e três, devendo ser atualizada. A conselheira
51 Tutelar Idalina queixou-se da demora no encaminhamento da ficha, e a
52 Conselheira Lilian afirmou que a evasão costuma ser mais comum no final do ano.
53 A Colaborada Luci sente falta de dados estatísticos e da capacitação e integração
54 entre os atores; aduz ainda que o Conselho Tutelar só deve ser procurado depois
55 de que todas as políticas públicas falharem e que não concorda com o fato de o
56 Governo do Estado ter vetado Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas. O
57 Conselheiro Edmir Santos Nascimento entende que há falha na política pública e
58 que deve haver outra forma de localização do aluno evadido e de seus
59 responsáveis; que não adianta somente notifica-los em horário comercial. Foram
60 indicados os Conselheiros Municipais Walter Tavares da Silva, Lucilene Martorelli
61 Ortiz Petin Medeiros, Donald Verônico Alves da Silva, Edmir Santos Nascimento e
62 Maria Fernanda Silva Cardoso, como representantes da Sociedade Civil e Ana
63 Lúcia, Lilian Rose de Barros, Carlos Alberto Ferreira Mota e Nanci Ananias L. De
64 Abreu, como representantes do Poder Público, mais a Colaboradora Tânia Justo e
65 os Coordenadores dos Conselhos Tutelares, sendo agendada reunião para o dia
66 oito de abril de dois mil e treze às nove horas. Os relatos da diretoria executiva de
67 que trata o item sete da pauta iniciou-se pela Conselheira Helenice Fontes Alves,
68 que, falando sobre o SIAS, informou que foi agendado Workshop, estando no
69 aguardo de indicação das entidades. O local será o nono andar do Banco do
70 Brasil, faltando confirmar a data e o horário. Falou-se, em seguida, sobre os
71 problemas do SIPIAWEB, que incluem a lentidão do próprio site. A colaboradora
72 Luci entende que temos que oficializar os responsáveis em Brasília. Os Conselheiros
73 Tutelares lamentam o problema gerado por essa lentidão, que compromete os
74 trabalhos. O Conselheiro Edmir Santos Nascimento sugere que se oficie a
75 Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Minorias enquanto responsável pelo
76 SIPIAWEB. Solicitou-se que os três Conselhos Tutelares da cidade encaminham e-
77 mail relatando as dificuldades com o sistema para embasar o ofício a ser
78 encaminhado. No relato das Câmaras setoriais, constante do item oito da pauta,
79 informou-se que o Fundo já dispõe de CNPJ para a destinação criança. O
80 Conselheiro Luciano afirma que, em reunião com a Secretaria Municipal de
81 Finanças, confirmou-se a informação de que a verba que consta do orçamento é
82 uma previsão e que não compete ao Poder Público complementar esses valores. A
83 Conselheira Luci acha importante que haja um posicionamento por escrito. A Dra.
84 Adriana Jandelli sugere que a Câmara de Legislação traga um posicionamento
85 escrito sobre a questão para a próxima assembleia, sendo aprovada a sugestão de
86 que a Câmara de Legislação fornecerá um posicionamento sobre essa questão do
87 orçamento e sobre a viabilidade de se conferir personalidade jurídica ao Fundo.
88 Iniciado o item dez, que trata dos relatos dos Conselheiros nos Conselhos,
89 Comissões e Programa. O seminário municipal de enfrentamento realizar-se no dia
90 quinze de maio das treze às dezessete horas na Universidade Católica de Santos,
91 no número trezentos da Avenida Conselheiro Nébias. Expondo sobre o Programa
92 Viva Leite, Dra. Adriana Jandelli esclareceu que não há reuniões, mas sim
93 fiscalização de três em três meses; os relatos somente serão feitos se houver
94 denúncias; que a função é a fiscalização e o gerenciamento do programa. Pelo
95 item 10, a Conselheira Tutelar Idalina comentou sobre o ofício encaminhado ao
96 Ministério Público sobre a prisão do Conselheiro Tutelar Márcio, pedindo

97 providencias em relação à conduta dos policiais militares. Ficou deliberado de que
98 será agendada reunião com o Comando da Polícia Militar e os Conselheiros
99 Tutelares e de Direitos. A conselheira Tutelar Idalina solicita que haja campanhas
100 sobre as atribuições do Conselho Tutelar e afirma que os Conselhos Tutelares não
101 dispõe de segurança em suas sedes. A colaboradora Luci afirma que há falhas na
102 rede e que deve haver capacitação continuada. O Conselheiro Edmir Santos
103 Nascimento solicita uma reunião com o Comandante da Polícia Militar e afirma que
104 a Rede Metropolitana poderá solicitar ao Condeca que forneça verba para a
105 capacitação regional da rede. Foi aprovada a solicitação da Conselheira Ana Lúcia de
106 que seja agendada reunião com o novo Dirigente de Ensino sobre o ocorrido com
107 a Conselheira Tutelar Idalina na Escola Barnabé. A Conselheira Dorian Rojas acha
108 importante a realização de um seminário sobre a violência, porque acredita que
109 estamos regredindo. O Conselheiro Edmir Santos Nascimento concorda com a
110 realização do seminário, e que a discussão deve ser ampliada. Em assuntos
111 gerais, O Conselheiro Edmir Santos Nascimento parabeniza a Conselheira
112 Helenice Fontes Alves, do Gabinete do Prefeito, pela colocação de uma advogada
113 na Casa dos Conselhos. O Conselheiro Municipal Walter Tavares da Silva fala da
114 importância da interação entre os Conselheiros Tutelares e as Supervisoras de
115 Ensino. O colaborador Celio Nori expôs sobre a importância de uma Resolução
116 Normativa sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente no plano político
117 pedagógico das escolas. A Sra. Iracema de Lourdes, presidente da Ong Fronteiras
118 da Inclusão solicitou que lhe fosse dada a oportunidade de se colocar perante esse
119 Conselho sobre os problemas na área de atuação; aguardaremos ofício nesse
120 sentido. Não havendo mais assuntos, o Presidente encerrou a Assembleia.

121

122

123 **RICARDO DE OLIVEIRA GOMES****ANTONIO FERREIRA DE MELLO JÚNIOR**124 **Presidente do CMDCA****1ª Secretário do CMDCA**